

Economia



VITÓRIA STONE FAIR, que ocorre entre os dias 23 a 26 próximos: no evento, a nova legislação será tema de debate

Marco regulatório para mármore e granito

O setor de rochas do Estado vê novas regras com bons olhos e espera que elas agilizem licenciamentos ambientais

O governo federal vai elaborar o novo marco regulatório para a atividade de mineração no País. A proposta é que seja criada uma agência reguladora e que ocorra a distribuição de royalties pela exploração, nos mesmos moldes que já valem para a área de petróleo.

Com o marco regulatório da mineração, a extração de rochas ornamentais também vai ter novas regras.

A expectativa do segmento de rochas ornamentais é de que a nova legislação contribua para simplificar e agilizar procedimentos

relacionados a licenciamentos ambientais.

Segundo o superintendente do Sindicato da Indústria de Rochas, Cal e Calcário do Espírito Santo (Sindirochas), Romildo Ribeiro Tavares, os empresários do setor esperam que a nova legislação dê mais clareza à forma de cobrança da Compensação Financeira pela Exploração de Bens Minerais (CFEM), um dos principais tributos da atividade.

Há alguns meses, as discussões sobre o assunto já começaram por meio de audiências públicas organizadas pelo Ministério de Minas e Energia (MME).

As indústrias do segmento de rochas do Espírito Santo também estão participando das discussões, e integrantes do Sindirochas estão representando a Federação das Indústrias do Espírito Santo (Fides) na Comissão Especial da Mineração da Confederação Nacional da Indústria (CNI).

DEBATE

A elaboração do novo marco regulatório da mineração será tema de um painel na Vitória Stone Fair, que será realizada entre os próximos dias 23 e 26, no Pavilhão de Carapina, na Serra.

Estarão presentes no debate o secretário de Geologia e Transformação Mineral do MME, Cláudio Scliar; o diretor geral do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), Miguel Antônio Cedraz Nery; o coordenador da Comissão Especial da Mineração da CNI, Luiz Antônio Vessani; e o presidente do Instituto Brasileiro de Mineração, Marcelo Tunes.

Atualmente, a exploração é regularizada pelo Código da Mineração, criado em 1967 e acrescido de emendas ao longo dos anos.

De acordo com empresários, por se tratar de uma legislação antiga, as regras nem sempre são compatíveis com a dinâmica empresarial que o mercado exige.